



22 DE JANEIRO DE 2016

Sexta-feira

- **PARANÁ FECHA 75 MIL VAGAS DE EMPREGO EM 2015**
- **MALWEE BLUMENAU FECHA E EFETUA DEMISSÃO 300 FUNCIONÁRIOS**
- **CONFIANÇA DA INDÚSTRIA SOBE 3,7 PONTOS EM JANEIRO, REVELA PRÉVIA DA FGV**
- **GRUPO DE EMPRESAS OBTÉM LIMINAR PARA NÃO PAGAR PARTE DE SUBSÍDIOS EM CONTA DE LUZ**
- **GREVE NA GM DE SÃO JOSÉ VAI PARAR NA JUSTIÇA**
- **FORD DARÁ FÉRIAS COLETIVAS EM CAMAÇARI**
- **ARTIGO: VALORES, DESINFORMAÇÃO, ATIVISMO E A ARTE DO CONVENCIMENTO NA ELEIÇÃO DO PÓS-REDES SOCIAIS**
- **FUNDO CAMBIAL É APOSTA ARRISCADA PARA 2016 MESMO COM DÓLAR ALTO**
- **BORGWARNER COMEÇA A PRODUZIR NOVA EMBREAGEM VISCOSA NO BRASIL**
- **Ociosidade bate novo recorde nas autopeças**
- **Decreto amplia cobertura do seguro de crédito à exportação**
- **CAPITAIS FORAM RESPONSÁVEIS POR 38% DOS FECHAMENTOS DE VAGAS EM 2015**
- **JUSTIÇA PARALISA EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO DA VALE POR TUBARÃO**
- **BRASIL FAZ EXPORTAÇÃO EMERGENCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A ARGENTINA**
- **ENERGIAS DO BRASIL TEM QUEDA DE 5,7% EM VOLUME DE ELETRICIDADE DISTRIBUÍDA NO 4º TRI**
- **BC limita a 31/12/15 dedução no recolhimento de compulsório com fim do PSI**

- CINCO MAIORES BANCOS DO BRASIL CRIAM GESTORA DE RISCO PARA FOMENTAR CRÉDITO
- EMPREGO NA INDÚSTRIA CAI PELO 11º MÊS CONSECUTIVO
- UE ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE APOIO DA BÉLGICA E DA ITÁLIA PARA INDÚSTRIA DE AÇO
- INDÚSTRIA FECHA 2015 COM NÍVEL RECORDE DE OCIOSIDADE, DIZ PESQUISA
- GE FECHA 2015 NO VERMELHO APESAR DE 4º TRIMESTRE SÓLIDO
- ENFOQUE-USINAS EÓLICAS ATRASAM COM FALÊNCIA DE FORNECEDOR E PROBLEMAS DE TRANSMISSÃO
- ESPECIAL | GRANDE DESAFIO É A DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA
- INDÚSTRIA REDUZ USO DE GÁS NATURAL
- SAIBA O QUE ACONTECE NA SUA EMPRESA COM A MUDANÇA NO ICMS
- VW MODERNIZA PINHAIS PARA MONTAR NOVO GOLF

CÂMBIO		
EM 22/01/2016		
	Compra	Venda
Dólar	4,119	4,120
Euro	4,458	4,459

Fonte: BACEN

Paraná fecha 75 mil vagas de emprego em 2015

22/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A queda da atividade econômica e o clima de incerteza política atingiram em cheio a geração de empregos com carteira assinada em 2015. No ano passado, o país fechou pouco mais de 1,5 milhão de vagas, o pior resultado da série histórica iniciada em 1992.

No Paraná, o número é o pior dos últimos 12 anos, com o corte de mais de 75 mil postos de trabalho. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e foram divulgados nesta quinta-feira (21) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O estado paranaense é o sexto que mais demitiu em todo o país em 2015, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Foram 75.548 postos de trabalho encerrados no ano no Paraná, sendo a grande maioria (45.115) em dezembro.

“Em condições normais, dezembro é um período de contratação, principalmente no comércio, o que não aconteceu”, avalia o diretor do centro de pesquisas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Daniel Nojima.

RMC

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) registrou decréscimo de 47.050 empregos formais em 2015, o que representa 62,3% do total de vagas perdidas no Paraná. Somente na capital, foram encerrados 31.972 postos de trabalho.

A explicação para esses números está na forte concentração dos setores de comércio, indústria e serviços na RMC. “Essa crise impactou principalmente no meio urbano, em setores como a indústria, o comércio e o serviços”, avalia Daniel Nojima, diretor do Ipardes.

Ele acrescenta que os dados do Paraná refletem o aprofundamento da crise nacional. “O segundo semestre de 2015 foi marcado por uma profunda crise político-econômica que afetou o consumo, diminuiu os investimentos e o acesso ao crédito”, completa.

Apesar do fechamento de 75 mil vagas, o estado conseguiu segurar o saldo deficitário por um trimestre, enquanto o Brasil começou 2015 já com o número de demissões superando as admissões. O país registrou saldo negativo de 81.774 em janeiro, enquanto o Paraná teve saldo deficitário somente em abril (-2.002).

Setores

A forte atividade agroindustrial contribuiu para que o número de vagas fechadas não fosse ainda maior. A agropecuária foi o único setor que conseguiu acabar o ano com um saldo positivo na geração de empregos no país.

A atividade gerou 9.821 vagas com carteira assinada no Brasil e 3.067 no Paraná. No estado, a administração pública também conseguiu terminar 2015 com mais admissões: 93.

Enquanto a agropecuária contratou, a indústria de transformação foi a maior responsável pela deterioração do mercado de trabalho. No ano passado, foram fechadas 608.878 vagas no Brasil – somente em dezembro foram encerrados 31,7% dos postos de trabalho do segmento. No estado, o número de demissões superou em 46.812 as admissões, com o mês de dezembro concentrando 37,9% dos cortes do setor.

Construção civil

A construção civil poderá perder mais empregos em 2016 do que os cortes registrados no ano passado, afirmou o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins.

De acordo com o executivo, as obras públicas que estão em andamento, incluindo o segmento mais popular do Minha Casa Minha Vida e os projetos do PAC, devem acabar antes do final de 2016. “Não tem obra começando, só acabando. E terminou a obra, dispensa o trabalhador”, afirmou.

Comércio e serviços

Os setores de comércio e de serviços podem demitir 2 milhões de empregados neste ano, na avaliação do analista da RC Consultores Everton Carneiro. A previsão se baseia em um corte porcentual de vagas nesses segmentos na mesma magnitude ao feito na indústria da transformação.

O analista pontua que ambos os setores passaram a ter saldos negativos somente em julho do ano passado. "O processo de demissões no comércio e nos serviços começou tarde e pode durar muito tempo", diz.

SALDO DE EMPREGO

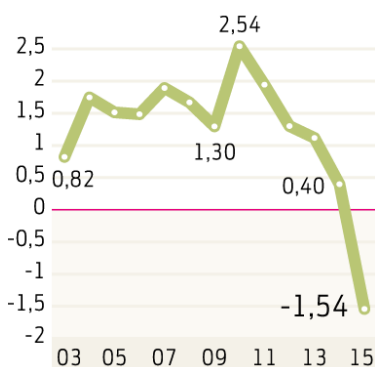
O Brasil fechou 1,5 milhão de vagas formais em 2015. É o pior resultado da série histórica iniciada em 1992. No Paraná, foram mais de 75 mil vagas encerradas, segundo dados do Caged. Acompanhe o saldo de emprego (admissões menos demissões) desde 2003:

Brasil x Paraná

Saldo de empregos desde 2003

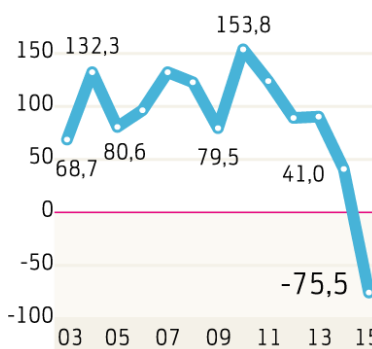
BRASIL

Em milhões de empregos



PARANÁ

em milhares de empregos



Setores

Evolução do saldo do emprego por setor de atividade econômica dos meses de janeiro a dezembro de 2015

BRASIL

Indústria de Transformação	-608.878
Construção Civil	-416.959
Serviços	-276.054
Comércio	-218.650
Extrativa Mineral	-14.039
Admin. Pública	-9.238
Serviços Ind. de Utilidade Pública	-8.374
Agropecuária	9.821

PARANÁ

Indústria de Transformação	-46812
Construção Civil	-16133
Comércio	-12526
Serviços	-2953
Serviços Ind. de Utilidade Pública	-190
Extrativa Mineral	-94
Admin. Pública	93
Agropecuária	3067

Evolução do saldo do emprego por setor de atividade econômica em dezembro de 2015

BRASIL

Indústria de Transformação	-192833
Serviços	-180941
Construção Civil	-102660
Agropecuária	-58853
Comércio	-38697
Admin. Pública	-18502
Serviços Ind. de Utilidade Pública	-1911
Extrativa Mineral	-1811

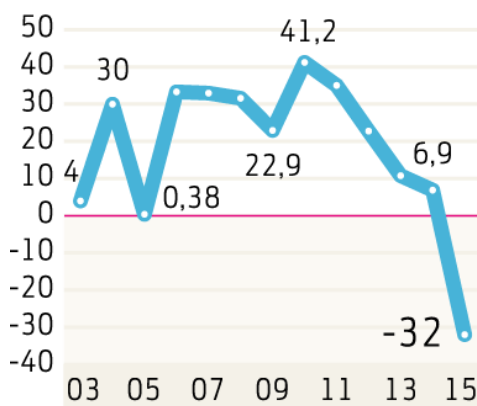
PARANÁ

Extrativa Mineral	-46
Indústria de Transformação	-17740
Serviços Ind. de Utilidade Pública	-103
Construção Civil	-6414
Comércio	-5626
Serviços	-13244
Admin. Pública	-371
Agropecuária	-1571

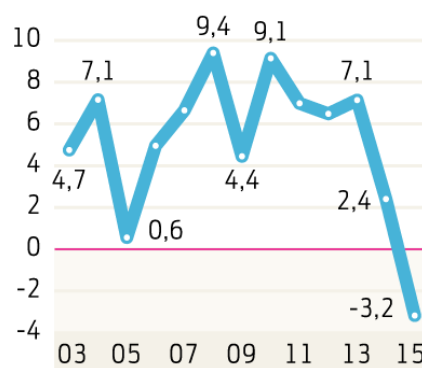
Municípios paranaenses

Saldo de empregos dos municípios do Paraná desde 2003, em milhares

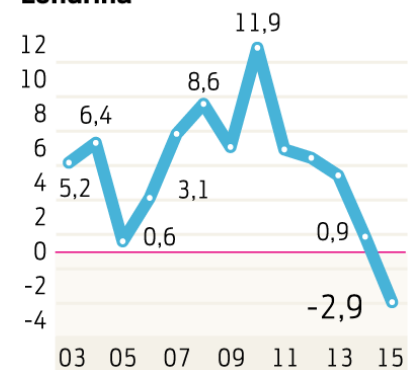
Curitiba



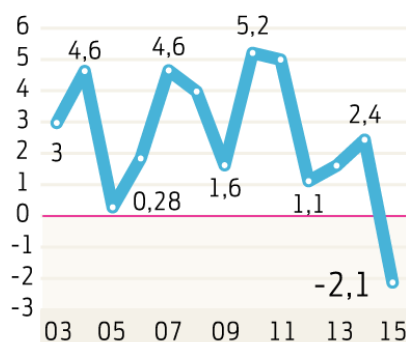
Maringá



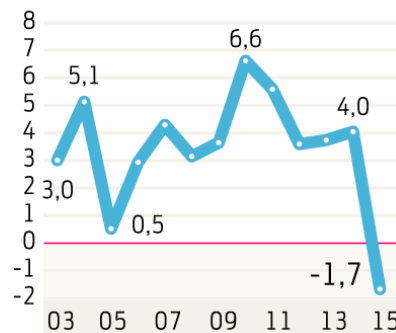
Londrina



Ponta Grossa



Cascavel



Malwee Blumenau fecha e efetua demissão 300 funcionários

22/01/2016 – Fonte: Notícias Vale do Itajaí

A empresa Malwee é uma das empresas brasileiras que está sofrendo com a atual crise no cenário econômico nacional. No segundo trimestre de 2015 a empresa precisou fazer uma reestruturação no quadro de funcionários e acabou desligando cerca de 250 colaboradores. O início de 2016 trouxe a má notícia para Vale do Itajaí, sobretudo à unidade de Blumenau, que deve encerrar as atividades.

Durante a manhã desta quinta-feira (21), cerca de 300 funcionários da unidade localizada na rua Itajaí, entre Blumenau e Gaspar receberam a notícia do encerramento das atividades

da unidade blumenaunse. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau, Gaspar e Indaial (Sintrafite) já estão em tratativas com a empresa, afim da organização e tratativas do pagamento das verbas rescisórias.

Em nota, a empresa lamenta a necessidade de readequações e também explica que o encerramento das atividades da unidade de Blumenau, foi em razão da situação econômica nacional, e que a companhia fez todos os esforços possíveis para evitar as demissões, mas apesar de todas as medidas tomadas não foi possível evitar o fechamento da fábrica de Blumenau.

Confiança da indústria sobe 3,7 pontos em janeiro, revela prévia da FGV

22/01/2016 – Fonte: DCI



O Índice de Confiança da Indústria (ICI) apurado na prévia da sondagem de janeiro ficou em 79,1 pontos, o que significa avanço de 3,7 pontos em relação ao resultado final de dezembro, que foi de 75,4 pontos, informou nesta sexta-feira, 22, a Fundação Getulio Vargas (FGV). No mês passado, o ICI já havia subido 1,2 ponto em relação a novembro.

Com o resultado, o ICI registra o maior nível desde março de 2015, embora permaneça em patamar muito baixo em termos históricos. Essa é a primeira vez desde maio passado que o índice superou "significativamente" o mínimo registrado na crise de 2008 e 2009, informou a instituição, em nota oficial.

"O avanço mais expressivo do ICI na prévia de janeiro decorre principalmente de avanços no processo de normalização de estoques do setor. Associado à percepção de estabilização do nível de demanda, este movimento tem levado à diminuição do pessimismo. O conjunto de informações sinaliza uma atenuação das taxas de queda da produção da indústria nos próximos meses", afirma Aloisio Campelo, Superintendente Adjunto para Ciclos Econômicos da Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da FGV.

Na comparação com dezembro do ano passado, sem ajuste, a prévia aponta queda de 8,3 pontos na confiança.

A prévia de janeiro demonstra que o Índice da Situação Atual (ISA) avançou 4,7 pontos, para 79,7 pontos. Enquanto isso, o Índice de Expectativas (IE) subiu 2,5 pontos, para 78,8 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria atingiu 74,2%, o menor nível da série histórica, segundo a FGV. O resultado, já livre de influências sazonais, é superior ao apurado no indicador final da sondagem de dezembro (75,0%).

A prévia dos resultados da Sondagem da Indústria abrange a consulta a 777 empresas entre os dias 04 e 18 deste mês.

O resultado final da pesquisa para janeiro será divulgado no próximo dia 29.

Grupo de empresas obtém liminar para não pagar parte de subsídios em conta de luz

22/01/2016 – Fonte: R7

Mais um grupo de empresas obteve liminar judicial para não pagar todos subsídios embutidos na tarifa de energia elétrica, após uma entidade que representa indústrias com grande consumo de eletricidade ter conseguido isenção parcial desses custos no ano passado.

Dessa vez, a decisão beneficia a Associação Nacional de Consumidores de Energia (Anace), que tem como sócios empresas como BR Malls, Klabin, BRF e WEG, além das mineradoras Mineração Turmalina e Serras do Oeste.

A juíza federal Cristiane Pederzolli Rentzsch escreveu na decisão, publicada no início da semana, que os subsídios embutidos na tarifa de energia resultam em "pagamento de cifras desproporcionais àquelas previamente orçadas pelos consumidores e, assim, o contínuo enfraquecimento da capacidade financeira das empresas".

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pela regulação do setor elétrico e cálculo das tarifas, colocou em audiência pública uma proposta para fixar em 18,4 bilhões de reais os subsídios nas contas de luz em 2016, dos quais 15,5 bilhões de reais seriam repassados aos consumidores.

Os subsídios bancam o programa federal Luz Para Todos, de universalização da eletricidade, além de tarifas menores para usuários de baixa renda, compras de carvão nacional incentivado por lei, óleo para as térmicas no Norte do país e descontos tarifários, principalmente.

Greve na GM de São José vai parar na Justiça

22/01/2016 – Fonte: Automotive Business



No dia em que a greve dos trabalhadores da fábrica da General Motors em São José dos Campos (SP) chega ao quarto dia a GM informa por meio de comunicado que protocolou um pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP), sinalizando o fim das negociações.

Uma audiência de conciliação foi marcada para a segunda-feira, 25, onde serão discutidas as alternativas sobre o valor da segunda parcela da PLR para os empregados da unidade.

Na nota divulgada na quinta-feira, 21, a GM reafirma que utilizou todos os recursos para evitar o corte de empregados, como férias coletivas, layoff, banco de horas e PDVs, programas de demissão voluntária. "A GM espera que um acordo seja feito em breve e assim as atividades no complexo possam ser retomadas normalmente."

Também por meio de nota, o sindicato dos metalúrgicos da região afirma que irá participar da audiência e que a greve aprovada pelos trabalhadores na última segunda-feira será

mantida “até que uma nova proposta de PLR seja negociada ou até que a Justiça do Trabalho julgue o caso”.

Os funcionários decidiram cruzar os braços após rejeitar a proposta da GM para o pagamento da segunda parcela da PLR no valor de R\$ 5 mil e adiantamento da primeira parcela do 13º salário. Os metalúrgicos reivindicam pagamento mínimo de R\$ 6.405.

Na planta de São José dos Campos a produção permanece 100% parada. Lá são fabricados os modelos Trailblazer e S10, além de motores e transmissões. Segundo o sindicato, em 2015 foram produzidas 40 mil unidades da S10 na planta, gerando um faturamento de R\$ 4,8 bilhões com este produto.

METALÚRGICOS APROVAM PLR EM SÃO CAETANO DO SUL

Já na fábrica da GM em São Caetano do Sul (SP) os trabalhadores aprovaram o valor de R\$ 4.250 proposto pela montadora referente ao pagamento da segunda parcela da PLR em assembleia realizada na quarta-feira, 20. A quantia será paga na sexta-feira, 22.

Durante as negociações desta semana, a montadora propôs o valor de R\$3.500, o que não foi aceito pelos funcionários, que chegaram a entregar um aviso de greve. Com o novo valor aprovado, a greve foi descartada.

“Este não é o momento oportuno para greve. A fábrica está com 80 dias de estoque, se entrarmos em greve só irá nos prejudicar e ser benéfico para a empresa”, afirmou o presidente do sindicato, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão.

Ford dará férias coletivas em Camaçari

22/01/2016 – Fonte: Automotive Business



A Ford dará férias coletivas aos empregados da unidade de Camaçari (BA), onde são produzidos os modelos EcoSport, Ka (hatch), Ka+ (sedã) e também motores 1.0 de três cilindros. A paralisação ocorrerá entre os dias 8 e 26 de fevereiro. A montadora alega a necessidade de ajustar a produção à atual demanda de mercado.

A medida antecede o encerramento do terceiro turno da fábrica, que deve ocorrer em março. Entre funcionários da própria montadora e fornecedores locais, o excedente divulgado há dois meses era de 2 mil colaboradores. O complexo emprega cerca de 9 mil pessoas.

Artigo: Valores, desinformação, ativismo e a arte do convencimento na eleição do pós-redes sociais

22/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

As eleições municipais deste ano serão diferentes não só porque o país está em crise, mas porque se desenha um cenário comportamental de um ambiente não mais dominado por uma única rede social. Facebook, WhatsApp, Snapchat, Twitter, Youtube fazem parte de

uma miríade de ferramentas que serão usadas para convencer o eleitor sobre quem é o melhor candidato.

Trata-se mesmo é de convencer. E em menos tempo. A propaganda em rádio e televisão foi reduzida de 45 para 35 dias na reforma eleitoral.

A campanha em mídia aberta ficou de tiro tão curto que a mensagem dos candidatos terá de ser muito clara, inteligente e precisa se quiser surtir algum efeito.

Para fazer isso acontecer é muito provável que as propostas para tornar a cidade um lugar mais legal de se viver, mais curioso, criativo e interessante sejam deixadas de lado.

Esqueçam um debate propositivo. Será a ascensão da arte do convencimento pautado em valores. Em propósitos inspiradores que tomem corações e mentes e transformem os eleitores em multiplicadores de candidaturas.

Os meios de comunicação vão prosseguir desempenhando o papel de informar bem, dissipar boatos, debater propostas para as cidades.

Mas o eleitor terá o desafio de separar o conteúdo de qualidade daquele produzido por um sem número de produtores de conteúdos duvidosos, blogs de campanha ou clandestinos, perfis falsos de difamação, material apócrifo e outras formas inusitadas para tentar abalar a imagem de adversários.

Smartphones vão dar sua contribuição para acelerar a propagação de conteúdo. Nunca se viu uma eleição em que humores, boatos e valores podem ser compartilhados tão rápidos.

O lado sombrio ficará a cargo das militâncias formais e a multidão de apoiadores vão fazer o serviço sujo de desinformar e difamar. O lado luminoso do avanço das novas tecnologias de celular vai ficar por conta dos eleitores que não aceitarem participar do jogo raso do preconceito e da desonra.

É sempre bom ter consciência do cenário que se avizinha antes de ele acontecer. Dá para se precaver e impedir que a massa de extremistas e militantes radicais consiga dominar a pauta eleitoral, como aconteceu nas eleições passadas.

Todo o cidadão tem o poder de evitar que isso aconteça. Basta não compartilhar ou produzir textos meramente panfletários, desprovidos de fundamentos em fatos e dados. Isso já seria um grande alívio à quantidade de lixo recebido pela miríade de redes sociais.

Dada a dificuldade que a eleição do pós-redes sociais irá impor à sociedade, nunca antes na história foi tão importante contar com ativistas cívicos e seus aplicativos.

Eles podem mudar o jogo e serem decisivos na filtragem de informações, criação de métodos de fiscalização de campanhas e fortalecimento do debate público de propostas para as cidades.

Se há uma tarefa que vale a pena neste ano, é conseguir fazer que o debate de propostas derrote a boataria e a difamação.

(Rhodrigo Deda - Editor Executivo da Gazeta do Povo).

Fundo cambial é aposta arriscada para 2016 mesmo com dólar alto

22/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A disparada do dólar e o enfraquecimento da economia brasileira fizeram com que o fundo cambial fosse uma das aplicações mais atraentes do ano passado. Com valorização anual de 48,63%, a moeda americana atraiu R\$ 8,5 bilhões em aplicações e teve captação líquida de R\$ 1,4 bi em 2015, revelando ser uma saída bastante rentável para investir seu dinheiro. Mas esse desempenho não deve se repetir em 2016, o que exige alguns cuidados.

Como o fundo está atrelado à cotação estrangeira, o investidor fica à mercê de variáveis externas e internas que influenciam o preço do dólar e do euro. Se o ano passado foi marcado pela volatilidade dessas moedas, o cenário deve ser mais tranquilo nos próximos meses, como explica o coordenador da pós-graduação e do MBA em Finanças e Mercado de Capitais da FAE, André Hayashi. Para ele, o pior já passou e, sem uma previsão de mais disparadas, pode ser arriscado apostar no fundo cambial agora.

“O dólar já subiu o que tinha que subir e quem investir nele agora corre o risco de perder dinheiro”, explica o economista, ressaltando a possibilidade de uma queda. Por isso, ele recomenda a aplicação no câmbio somente para empresas com dívidas em moeda estrangeira ou para quem vai viajar ao exterior, já que o fundo pode ser usado como uma forma de proteção. “Na verdade, apostar no fundo cambial é torcer contra o Brasil”, brinca.

Isso faz com que outras aplicações se tornem mais interessantes neste momento. Para o especialista em finanças e professor da Universidade Positivo, André Paes, uma alternativa bem mais segura é a aplicação em títulos internos.

“Em função da taxa de juros, o ideal é investir aqui dentro, como no Tesouro Direto”, sugere. Como complementa Hayashi, não faz sentido correr o risco de uma queda no dólar quando títulos indexados à taxa Selic têm rendimento de quase 15%.

Proteção de portfólio

Para investidores mais experientes, o fundo cambial é recomendado como uma maneira de diversificar e proteger as demais aplicações de um portfólio. Para Paes, montar uma carteira de investimentos com títulos atrelados à variação do dólar oferece uma segurança para o caso de a economia no Brasil piorar e o dólar disparar.

Ainda assim, é preciso estar atento às condições de cada banco e instituição onde o fundo vai ser adquirido. Hayashi explica que as taxas de administração variam bastante e isso pode comprometer os rendimentos finais. “O ideal é saber negociar e, acima de tudo, ter uma educação financeira que permita saber onde e como investir corretamente”, conclui o economista.

Dólar em disparada

2015 foi um ótimo ano para quem investiu em dólar. Com valorização de 48,63% no ano, o fundo cambial se tornou uma das apostas mais rentáveis no ano passado.



BorgWarner começa a produzir nova embreagem viscosa no Brasil

22/01/2016 – Fonte: Automotive Business

A BorgWarner passa a fabricar no Brasil a embreagem viscosa eletrônica de velocidade variável, a Vistronic. O componente tem aplicação em caminhões extrapesados, principalmente quando se trata de veículos que operam nas áreas de distribuição e construção, além de outros segmentos que exigem viagens longas.

O produto era produzido na Alemanha até então. Agora, com a localização, a empresa oferece mais uma possibilidade para que as montadoras aumentem o conteúdo nacional dos veículos.

Segundo a BorgWarner, a embreagem viscosa Vistronic oferece refrigeração mais eficiente para veículos que operam com grandes cargas em regiões de clima quente e altitude elevada.

Por meio de um software que se comunica com a unidade eletrônica de controle do motor, o componente dá respostas contínuas às exigências do veículo de acordo com a sua temperatura, velocidade ou carga. A fabricante aponta que, desta maneira, o caminhão opera com mais potência e menor consumo de combustível.

A Vistronic já era feita pela BorgWarner no Brasil para outros tipos de veículos.

Ociosidade bate novo recorde nas autopeças

22/01/2016 – Fonte: Automotive Business



A capacidade ociosa no setor de autopeças alcançou novo recorde ao atingir 41,7% em novembro, maior índice desde que a atual metodologia para medição foi adotada, em 2010. Foi o segundo mês consecutivo de recorde, com alta de 1,2 ponto percentual sobre outubro.

No confronto com os mesmos 11 meses de 2014 a ociosidade cresceu 5,84 pontos percentuais. Os números foram divulgados pelo Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças).

As vendas de autopeças no acumulado até novembro registraram queda de 14,8% em

relação ao mesmo período do ano passado, segundo levantamento mensal do Sindipeças feito com 64 empresas associadas que representam 26,5% do total faturado.

As vendas para montadoras e as intrassetoriais caíram, respectivamente, 25,2% e 27,6%. As exportações cresceram 17,2% em reais. No entanto, caem 16,4% se o valor for convertido em dólares. O segmento da reposição cresceu 4,1% no período e em novembro representou 19,1% do faturamento, três pontos a mais do que em janeiro.

O emprego nacional no setor recuou 11,9% na comparação com o intervalo janeiro-novembro de 2014.

Decreto amplia cobertura do Seguro de Crédito à Exportação

22/01/2016 – Fonte: R7

O governo federal editou o Decreto 8.643/2016 para ampliar a cobertura de riscos contemplada pelo Seguro de Crédito à Exportação (SCE). De acordo com o novo texto, além de exportadores, instituições financeiras e agências de crédito à exportação também poderão recorrer ao SCE empresas seguradoras e organismos internacionais.

O decreto também permite o uso do SCE para cobrir riscos de instituições financeiras associados a garantias de execução, reembolso e garantias de termos e condições de oferta no caso de operações de exportações de "produtos agrícolas cujo produtor seja, no momento da contratação com a instituição financeira, beneficiário de cotas tarifárias para mercados preferenciais". Antes da mudança, o uso do SCE por instituições financeiras nessas situações era permitido apenas para operações envolvendo bens e serviços da indústria da defesa.

A nova regulamentação está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, dia 22. [Clique aqui](#) e veja a íntegra do decreto.

Capitais foram responsáveis por 38% dos fechamentos de vagas em 2015

22/01/2016 – Fonte: R7



O Brasil terminou 2015 com 1,5 milhão de vagas de trabalho com carteira assinada a menos, segundo dados revelados nesta quinta-feira (21), pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

O maior corte de vagas da história do País foi puxado, principalmente, pela redução de 592.434 postos formais nas capitais brasileiras, o equivalente a 38% do total.

Entre as nove cidades que mais reduziram cargos de trabalho nos 12 meses no ano passado, todas elas são capitais de seus Estados.

A relação é encabeçada por São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG), com a redução de, respectivamente, 139.133, 82.705 e 68.432 vagas.

Completam o topo da lista de capitais que mais reduziram postos com carteira assinada os municípios de Recife (PE), Manaus (AM), Salvador (BA), Curitiba (PR) e Fortaleza (CE) que cortaram 38.031, 37.169, 35.489, 31.972 e 22.725, respectivamente.

De acordo com o sendo demográfico de 2010, as 27 capitais brasileiras concentram um quarto da população do País, com 45 bilhões de habitantes. Na época do levantamento, o Brasil tinha uma população estimada em 185 milhões de pessoas.

Apesar de nenhuma das capitais brasileira poderem comemorar a geração de vagas de trabalho com carteira assinada, Boa Vista (RR) cortou 354 postos e foi a capital que menos demitiu no ano passado. Palmas (- 1.015), Teresina (- 2.054), Florianópolis (- 2.440), Rio Branco (- 2.491), Maceió (- 2.972), Macapá (- 3.550) e Aracajú (- 4.120) também reduziram o volume de cargos com carteira assinada em volume menor.

Apesar da notícia negativa para as capitais do País, 2015 contou com a geração de empregos em algumas regiões mais afastadas, como os municípios de Canaã dos Carajás (PA), Pontal do Paraná (PA), Matão (SP), Arapiraca(AL) e Matinhos (PR), que abriram, respectivamente, 2.801, 2.265, 2.110, 2.076 e 1.936 postos de trabalho no ano passado.

Veja quantas vagas cada uma das capitais do País no ano passado:

São Paulo (SP): - 139.133
Rio de Janeiro (RJ): - 82.705
Belo Horizonte (MG): - 68.432
Recife (PE): - 38.031
Manaus (AM): - 37.169
Salvador (BA): - 35.489
Curitiba (PR): - 31.972
Goiânia (GO): - 10.315
Vitória (ES): - 9.428
João Pessoa (PB): - 7.863
Natal (RN): - 7.590
Campo Grande (MS): - 7.284
Cuiabá (MT): - 7.222
Aracajú (SE): - 4.120

Fortaleza (CE): - 22.725
Porto Alegre (RS): - 18.953
Brasília (DF): - 16.326
São Luis (MA): - 11.570
Porto Velho (RO): - 10.900
Belém (PA): - 10.331
Macapá (AP): - 3.550
Maceió (AL): - 2.972
Rio Branco (AC): - 2.491
Florianópolis (SC): - 2.440
Boa Vista (RR): - 354
Palmas (TO): - 1.015
Teresina (PI): - 2.054

Justiça paralisa exportações de minério de ferro da Vale por Tubarão

22/01/2016 – Fonte: R7

A Vale, maior exportadora global de minério de ferro, paralisou na manhã desta quinta-feira as vendas externas a partir do porto de Tubarão, no Espírito Santo, responsável pelo embarque de mais de 30 por cento da produção da companhia, cumprindo decisão judicial motivada por questões ambientais.

A Vale, administradora do porto, disse em nota que "irá adotar todas as medidas judiciais cabíveis para garantir o restabelecimento das suas atividades na Ponta de Tubarão".

Localizado na parte continental do município de Vitória, capital capixaba, o terminal é o maior exportador de minério e pelotas de ferro do mundo, mas também movimentava outras cargas, como grãos e combustíveis.

A Justiça Federal suspendeu temporariamente as atividades da Vale e da ArcelorMittal Brasil no Píer II (minério de ferro) e no Píer de Carvão (Praia Mole) até que sejam tomadas medidas eficazes para evitar a emissão de poeira de carvão no ar e pó de minério do mar.

"Tal medida paralisa as atividades de exportação e importação da Vale no Espírito Santo, provocando grande impacto na economia do Estado, com reflexos em Minas Gerais", afirmou a Vale em nota, por meio de sua assessoria de imprensa.

A ArcelorMittal disse, em comunicado, que a operação do porto é de responsabilidade da Vale e que a "paralisação não afeta de imediato as suas atividades e reforça que tem seu foco direcionado em melhorar continuamente os controles ambientais".

"A ArcelorMittal informa que não é operadora portuária dos terminais de minério e carvão do Porto de Tubarão; e sim, cliente dos serviços de descarregamento de carvão, realizados pela Vale."

O juiz federal titular da 1ª Vara Federal Criminal, Marcus Vinicius Figueiredo de Oliveira Costa, disse em sua decisão que "a disseminação de poluentes na região metropolitana da Grande Vitória, em decorrência da falta ou insuficiência de mecanismos sustentáveis na atividade dessas empresas, é fato notório que perdura anos a fio".

"(Os autos) estão recheados de informações sobre o tema, que vão desde reclamações de associações de moradores, reportagens, denúncias da imprensa, até ações junto a órgãos públicos, o que inclui uma CPI levada a efeito pela Câmara Municipal de Vitória-ES ('CPI do Pó Preto')", afirmou a decisão.

Ainda segundo a Justiça, diligência realizada em mar no Complexo Portuário de Tubarão pela Polícia Federal em novembro mostrou danos causados pelo empreendimento ao meio ambiente, registrados por "assustadora filmagem".

Até o terceiro trimestre de 2015, a Vale embarcou 82,5 milhões de toneladas de minério de ferro pelo Porto de Tubarão, segundo dados da mineradora.

O montante é equivalente a 33,3 por cento da produção própria da empresa nos nove meses encerrados em setembro, de 248,038 milhões de toneladas.

A Justiça determinou multa diária equivalente a dois trinta avos do faturamento mensal das respectivas unidades em caso de descumprimento da decisão.

Brasil faz exportação emergencial de energia elétrica para a Argentina

22/01/2016 – Fonte: R7

O Brasil realizou duas operações de exportação de energia elétrica para a Argentina nesta semana, com o envio de 153 megawatts médios, ou 3.672 megawatts-hora, para o país vizinho na terça e na quarta-feira, informou nesta quinta-feira o Ministério de Minas e Energia.

De acordo com a pasta, a eletricidade foi solicitada em caráter emergencial pela operadora do sistema argentino, Cammesa, devido à realização de uma carga acima da prevista e à indisponibilidade de geração na Argentina para atender a demanda extra.

O Brasil enviou ao país vizinho 69 megawatts médios, ou 1.656 megawatts-hora, na terça-feira e outros 84 megawatts médios, ou 2.016 megawatts-hora, na quarta-feira, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) citados pelo ministério.

O Brasil possui interligações internacionais que permitem importação ou exportação de energia elétrica para Argentina, Uruguai e Venezuela.

Energias do Brasil tem queda de 5,7% em volume de eletricidade distribuída no 4o tri

22/01/2016 – Fonte: R7

A Energias do Brasil, da portuguesa EDP, informou nesta quinta-feira baixa de 5,7 por cento no total de energia distribuída no quarto trimestre sobre mesmo período de 2014, impactada pela desaceleração da economia que reduziu o consumo de clientes industriais.

O total distribuído no trimestre foi de 6.383.783 megawatts-hora. Com isso, em todo 2015, a empresa apurou recuo de 2,8 por cento na eletricidade distribuída, para 25.713.338 MWh.

No segmento cativo, a energia vendida a clientes finais caiu 2,1 por cento, como "reflexo da queda do consumo das classes industrial e comercial, influenciadas pela desaceleração da economia e pelo aumento das tarifas de energia em cerca de 50 por cento", afirmou a empresa. Enquanto isso, o consumo da classe residencial manteve-se estável.

No mercado livre, houve queda de 12,4 por cento na energia distribuída, em função da desaceleração da produção industrial nos Estados de São Paulo e do Espírito Santo. No ano, o recuo foi de 5,5 por cento.

A Energias do Brasil afirmou que o aumento das tarifas no ambiente regulado (ACR) ao longo de 2015 e a redução nas estimativas dos preços no mercado livre (ACL) provocaram aumento das migrações dos clientes do ACR para o ACL.

Porém, como o prazo para o término de contratos é de seis meses a partir da solicitação dos clientes, os efeitos das migrações só serão sentidos ao longo de 2016.

Em geração, o volume de energia vendida pelo grupo no trimestre alcançou 3.277 GWh, aumento de 54,2 por cento sobre os três últimos meses de 2014. O salto ocorreu pela inclusão na base da empresa da térmica Pecém I, depois que a companhia comprou em maio participação de 50 por cento restantes na usina anteriormente pertencente à Eneva.

Desconsiderando Pecém I e considerando apenas a eletricidade das usinas hidrelétricas da companhia, o volume de energia vendida teve queda de 9,6 por cento no quarto trimestre sobre o mesmo período de 2014.

Na área de comercialização, a Energias do Brasil teve queda de 22,5 por cento no volume de eletricidade comercializada no quarto trimestre na comparação anual, para 2.606 gigawatts-hora.

BC limita a 31/12/15 dedução no recolhimento de compulsório com fim do PSI

22/01/2016 – Fonte: R7

Com o fim do Programa de Sustentação de Investimento (PSI), o Banco Central fez nesta quinta-feira, 21, uma adequação ao cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos à vista. Por meio da Circular 3.781, assinada pelo diretor de Política Monetária, Aldo Mendes, a instituição informou que o prazo limite ao qual a regra valia será fixado de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano passado. Na circular anterior, havia apenas a data de início.

Segundo a assessoria de imprensa do BC, desde 2004, qualquer operação financeira que tivesse as mesmas condições do PSI poderia gerar abatimento de até 20% no recolhimento compulsório à vista, equivalente a 45%. Com o fim do programa, não há mais essa referência. A regra fica valendo para o estoque.

Em 16 de dezembro, a instituição também havia informado que novos financiamentos passíveis de dedução de até 20% no recolhimento de compulsórios sobre depósitos à vista em operação do PSI terão prazo limite de julho de 2019 para dedução do saldo devedor atualizado desses financiamentos.

Cinco maiores bancos do Brasil criam gestora de risco para fomentar crédito

22/01/2016 – Fonte: R7

Os cinco maiores bancos brasileiros anunciaram nesta quinta-feira a criação de uma empresa de análise e gestão de crédito, que vai concorrer com Serasa Experian e Boa Vista Serviços.

Itaú Unibanco, Bradesco, Santander Brasil, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal terão cada um 20 por cento do capital da gestora de inteligência de crédito (GIC), cuja estrutura societária deve ficar pronta em um ano, mas funcionará integralmente somente em 2020.

O presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, disse que objetivo da iniciativa é a queda dos spreads, da inadimplência e do superendividamento de clientes.

Portugal disse que os bancos seguirão como clientes das empresas especializadas que estão no mercado, mas que havia a necessidade de uma entidade para coordenar apropriadamente os "sistemas complexos de tecnologia, grande volume de dados" e zelar pela privacidade dos dados dos clientes.

"Nenhuma empresa no mercado têm a experiência que os bancos têm", disse Portugal a jornalistas ao anunciar o projeto.

A medida vem após desempenho fraco do cadastro positivo, sistema em que tomadores com bom histórico de adimplência podem conseguir empréstimos mais baratos na rede bancária.

Aprovado pelo Congresso Nacional em 2012 e regulamentado pelo BC no ano seguinte, o sistema é operado pela Serasa Experian e pela Boa Vista Serviços. Pelos números da Febraban, cerca de 4 milhões de pessoas aderiram ao sistema até agora, num mercado com mais de 100 milhões de correntistas.

A Serasa, que tinha os bancos brasileiros como sócios, foi vendida para a britânica Experian em 2007. Um acordo de não competição com a Serasa venceu em 2012.

Agora os bancos contrataram a norte-americana LexisNexis, especializada em soluções de análise e gerenciamento de riscos, como parceira técnica, e não sócia, na criação da GIC, que será submetida à aprovação do Cade, de defesa da competição e do Banco Central.

"Os bancos preferiram concentrar toda a governança do negócio", disse Portugal.

O anúncio confirma informação publicada pela Reuters na véspera, em que fontes com conhecimento do assunto afirmaram que o objetivo da GIC é destravar o chamado cadastro positivo, em que o sistema financeiro concede taxas de juros menores a clientes com bom histórico de adimplência.

Segundo as fontes, os bancos preferiram ter uma central própria, na qual podem compartilhar informações entre si, do que usar dados com terceiros.

Emprego na indústria cai pelo 11º mês consecutivo

22/01/2016 – Fonte: G1

O emprego na indústria caiu pelo 11º mês seguido. Em novembro de 2015, o recuo foi de 0,4% na comparação com outubro. Na comparação com igual mês de 2014, o emprego industrial mostrou queda de 7,2%. Com esse resultado, o setor acumula queda de 6% no ano de 2015 até novembro e de 5,9% em 12 meses. Os números foram divulgados nesta sexta-feira (22) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A queda de 7,2% na comparação com mesmo mês de 2014 é o 50º resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto.

O recuo de 5,9% na taxa acumulada nos últimos 12 meses foi o maior desde o início da série histórica, em dezembro de 2000, e manteve a trajetória descendente iniciada em setembro de 2013 (-1%), segundo o IBGE.

Setores

Na comparação com novembro de 2014, o emprego caiu em 17 dos 18 ramos pesquisados pelo IBGE, com destaque para meios de transporte (-14,1%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-15,8%), máquinas e equipamentos (-10,0%), borracha e plástico (-12,5%), produtos de metal (-11,7%), vestuário (-9%), minerais não-metálicos (-9,4%), outros produtos da indústria de transformação (-11%), produtos têxteis (-9,2%), metalurgia básica (-9,1%), calçados e couro (-5,1%), papel e gráfica (-3,6%), indústrias extrativas (-5,1%) e madeira (-5,6%). O único resultado positivo foi no refino de petróleo e produção de álcool (0,7%).

No acumulado dos 11 meses do ano, a taxa também ficou negativa nos 18 setores, com destaque para meios de transporte (-11,2%), máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (-13,7%), produtos de metal (-10,7%), máquinas e equipamentos (-8%).

Horas pagas

Seguindo os outros indicadores, o de número de horas pagas aos trabalhadores da indústria também recuou. A baixa foi de 0,2% na comparação com outubro, a 9ª queda seguida. Já na comparação com novembro de 2014, o número de horas pagas diminuiu 7,7%, a 30ª taxa negativa consecutiva no tipo de comparação.

No ano, as horas pagas registraram queda de 6,6% e, em 12 meses, de 6,5% - resultado negativo mais intenso desde o início da série histórica e manteve a trajetória descendente iniciada em setembro de 2013 (-1,0%).

No início do mês, o IBGE disse que a produção da indústria nacional havia caído pelo 6º mês seguido. Em novembro na comparação com outubro, o recuo foi de 2,4%. A queda do penúltimo mês do ano foi a mais forte desde dezembro de 2013, quando a retração chegou a 2,8%. Já em relação a novembro do ano passado, a retração foi ainda maior, de 12,4%, a maior da série histórica do IBGE, que tem início em 2003.

Folha de pagamento

O valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria recuou 2,2% na comparação com outubro, quinto resultado negativo consecutivo, acumulando nesse período redução de 7,4%.

"No índice desse mês, verifica-se a influência negativa tanto da indústria de transformação (-1,6%), que permaneceu com taxas negativas pelo 11º mês seguido, como do setor extrativo (-0,4%)", informa o IBGE.

Na comparação com novembro de 2014, o valor da folha de pagamento real mostrou queda de 10,6%, 18ª taxa negativa consecutiva nesse tipo de comparação e a mais intensa desde o início da série histórica, com resultados negativos nos 18 ramos investigados.

No índice acumulado nos 11 meses de 2015, o valor da folha de pagamento real assinalou redução de 7,5%, também com taxas negativas nas 18 atividades pesquisadas.

No índice acumulado dos últimos 12 meses, a redução foi de 7,1%, resultado negativo mais intenso desde o início da série histórica para o período analisado e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em janeiro de 2014 (1,6%).

UE abre investigação sobre apoio da Bélgica e da Itália para indústria de aço

22/01/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

A agência antitruste da União Europeia vai investigar a concessão de benefícios estatais do governo da Bélgica ao setor de aço local, bem como a ajuda do governo da Itália à fabricante de aço Ilva.

A Comissão Europeia pediu que as autoridades belgas recuperem 211 milhões de euros concedidos a empresas de aço do Duferco Group. O órgão também investigará benefícios dados à italiana Ilva, que podem chegar a 2 bilhões de euros.

"O caso mostra que a ajuda estatal tem distorcido a competição e mantido vivos, às custas do contribuinte, produtores de aço que não são viáveis", disse a comissária europeia Margrethe Vestager.

Apesar da ajuda ilegal dada pelas autoridades belgas, a Duferco praticamente não tem mais atividades fabris no país, disse Vestager. No caso italiano, a comissão investiga a concessão de garantias estatais e empréstimos, assim como a aprovação de leis específicas para ajudar a Ilva a renovar sua fábrica de aço em Taranto, a maior da União Europeia.

O anúncio ocorre em um momento em que o setor de aço no continente luta contra o excesso de oferta e as importações baratas da China. Milhares de postos de trabalho do setor foram fechados nos últimos meses na região.

"A resposta a esse desafio deve ser melhorar a competitividade global de longo prazo", disse Vestager.

Indústria fecha 2015 com nível recorde de ociosidade, diz pesquisa

22/01/2016 – Fonte: G1

O ano de 2015 termina para a indústria com queda da produção e do emprego e ociosidade recorde, segundo levantamento divulgado nesta sexta-feira (22) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A pesquisa foi feita com 2.225 empresas, entre 4 e 13 de janeiro.

"A atividade industrial se reduziu em dezembro, movimento que ocorre todo ano, refletindo o período de fim de encomendas para o fim do ano. Contudo, a queda da produção de dezembro de 2015 foi mais intensa que a observada em anos anteriores", informou a entidade.

Como resultado da queda do nível de produção, a utilização média da capacidade instalada [nível de uso do parque fabril] recuou para 62% no mês, o menor percentual registrado na série mensal do indicador. Isso indica o maior patamar de ociosidade da história.

Segundo a CNI, o recorde negativo anterior havia sido 65%, registrado em junho de 2015. A utilização da capacidade instalada média de 2015 ficou em 66%, contra 71% em 2014.

GE fecha 2015 no vermelho apesar de 4º trimestre sólido

22/01/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

O conglomerado industrial americano General Electric (GE) fechou no vermelho em 2015, embora tenha registrado um importante lucro no quarto trimestre, apesar da queda dos preços do petróleo.

A perda líquida anual chegou a 6,1 bilhões de dólares, anunciou nesta sexta-feira a GE, ao mesmo tempo em que reafirmou seus objetivos financeiros anuais, apesar de um preço do barril de petróleo a cerca de 30 dólares.

De qualquer forma, o grupo americano ganhou 6,3 bilhões de dólares nos últimos três meses do ano (+22% em relação ao período anterior), mais que o esperado pelos analistas. Excluindo elementos excepcionais, o conglomerado, que abandonará sua sede histórica de Fairfield (Connecticut, leste) para se radicar em Boston (Massachusetts, nordeste), obteve dividendos.

O lucro ajustado por ação alcançou, assim, 1,31 dólar, contra 1,29 dólar previsto em média pelos analistas.

ENFOQUE-Usinas eólicas atrasam com falência de fornecedor e problemas de transmissão

22/01/2016 – Fonte: R7

O Brasil caminha para mais do que dobrar a capacidade instalada de geração de energia eólica em quatro anos, com quase 10 gigawatts em usinas atualmente em construção, mas parte desses parques sofrerá atrasos pela falência de um grande fornecedor do setor e problemas em linhas de transmissão que vão levar a energia até a rede.

De acordo com relatório de fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), quase 20 por cento das usinas em instalação enfrentam riscos, seja pela falta de equipamentos após a quebra da argentina Impsa, que era das maiores fabricantes de turbinas eólicas no Brasil, seja pela perspectiva de atraso em linhas de transmissão.

Levantamento da Reuters com dados do relatório aponta que 1,46 gigawatt, ou 15 por cento do total, foi classificado pela Aneel como com potencial para atrasar a operação devido à falta de linhas de transmissão, enquanto quase 800 megawatts, ou 8 por cento, enfrentam problemas porque tinham fechado a compra de máquinas junto à Impsa.

"São problemas pontuais e que vão ser ultrapassados. Tem que haver um esforço muito grande de todas as autoridades para ultrapassar essa situação. Duvido que esses projetos fiquem pelo meio do caminho. Agora, que vão ficar atrasados, vão", afirmou o sócio da consultoria especializada em energias renováveis Braselco, Armando Abreu.

A presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum, também minimizou as dificuldades e disse que tem atuado junto aos empreendedores e ao governo para encontrar soluções para os projetos.

"A indústria eólica se tornou a segunda fonte de energia mais importante do Brasil. São negócios grandes e que enfrentam desafios naturais do processo de construção, de nascedouro de uma indústria", disse ela.

Segundo Elbia, a empresa mais afetada pela falência da argentina Impsa é a estatal Eletrobras. "Vai atrasar, mas vai sair, sim", afirmou.

Mesmo os atrasos por problemas na transmissão devem diminuir, uma vez que em leilões de energia mais recentes o governo federal limitou a participação a investidores com projetos de geração que tivessem a conexão à rede já garantida, sem necessidade de construção de novas linhas, observou a presidente da Abeeólica.

O consultor em energia eólica Márcio Elizeu Fernandes, da Fernandes&Machado, disse que não acredita que os problemas listados no relatório da Aneel sejam uma luz amarela para o setor.

"A China passou pelos mesmos problemas quando teve uma expansão em eólica exagerada, a transmissão passou a ser um problema."

O Brasil conta atualmente com 7,8 gigawatts em eólicas em operação e 9,8 gigawatts em implementação, de acordo com a Aneel.

A Abeeólica estima que cerca de 3 gigawatts em usinas serão concluídos em 2016, o que seria um recorde ante os 2,7 gigawatts implementados em 2015.

INCERTEZAS POR IMPSA

O problema das eólicas que compraram equipamento da Impsa não parece próximo do fim, uma vez que as empresas têm encontrado dificuldade para fechar novos contratos no Brasil e turbinas trazidas do exterior não teriam acesso a financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), segundo especialistas.

"Todos esses projetos foram para o leilão sabendo o preço da turbina e até onde poderiam ir (na oferta de preço da energia). Quando o fornecedor quebra e você tem que procurar novos fornecedores, se o mercado estiver aquecido, como está o eólico, os preços não vão ser os mesmos", afirmou o advogado Guilherme Baggio, sócio do escritório Baggio&Costa Filho.

As empresas têm pedido à Aneel para não serem punidas por eventuais atrasos, ou mesmo para reajustar o preço da energia dos parques para cobrir um custo mais elevado de novas máquinas, com o argumento de que não tinham como prever a falência da Impsa.

O nível das dificuldades enfrentadas pelos investidores depende de até que ponto a Impsa avançou nos projetos antes de quebrar, segundo Abreu, da Braselco.

"Os parques que ainda não tinham começado implantação são mais fáceis. Nos que já havia fundação, com torres implementadas, é mais difícil", afirmou.

Baggio, que representa alguns investidores afetados pelo problema da Impsa, disse que o futuro dos empreendimentos está à espera de definições por parte da Aneel.

"Hoje estamos em um cenário em que o agente vai ter que tomar uma decisão, se vai querer fazer o projeto ou discutir com a Aneel uma eventual devolução (do empreendimento)."

A Impsa teve a falência decretada no Brasil por um juiz em agosto de 2014. Desde então, a companhia tem buscado um acordo com credores ou um comprador.

Procurada, Furnas disse que espera concluir até junho as negociações com um novo fornecedor de turbinas para suas eólicas que usariam máquinas Impsa. A companhia afirmou também que pedirá à Aneel para não ser punida pelo atraso das usinas, por "evento de força maior e ausência de culpa" em relação ao descumprimento do cronograma.

A Impsa não respondeu a pedidos de comentário. A Chesf, subsidiária da Eletrobras responsável por empreendimentos eólicos, não pode comentar imediatamente.

ESPECIAL | Grande desafio é a diversificação da pauta exportadora

22/01/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O grande desafio do Brasil e de demais países exportadores será diversificar a pauta de exportações e vender mais produtos industrializados para os chineses. “Isso poderá se tornar até positivo nos próximos anos, porque traz boas perspectivas para os mercados internacionais de carne, soja e demais grãos.

Com o aumento da renda da população e do consumo, a tendência é que a China importe um volume maior de manufaturados”, justifica o economista e membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Róridan Duarte.

Conforme o economista, ainda que de forma mais lenta, o Brasil vive um processo inverso ao da China. “Crescemos nos últimos anos baseados no consumo interno. Agora, mesmo que na marra, tentamos migrar o motor de crescimento para a exportação. Inclusive, já foi possível melhorar o saldo da balança comercial no ano passado. Vai ser difícil avançar nessa perspectiva, até porque nosso principal parceiro comercial está diminuindo sua demanda, mas a tendência é de continuidade. Depende de o Brasil saber aproveitar as novas oportunidades”, diz.

Mudanças - O economista da GO Associados, Alexandre Andrade, também destaca as mudanças no foco do desenvolvimento dos países e que as turbulências ocorridas nos mercados globais aumentam ainda mais a volatilidade no mercado financeiro brasileiro. “Esse é o resultado de tamanha dependência”, resume.

Andrade completa que essa dependência afetou a balança comercial brasileira no ano passado. Conforme ele, não fossem os baixos preços das *commodities* no mercado internacional, o superávit da balança comercial (US\$ 19,7 bilhões) teria sido ainda melhor.

Neste sentido, o especialista alerta que a recuperação de novos mercados é importante para o Brasil retomar as exportações de manufaturados, de modo a contribuir para o resultado da produção industrial.

Apesar de concordar que a crise internacional complica a recuperação da economia brasileira, o professor de Economia e Finanças da Fundação Dom Cabral (FDC), Rodrigo Zaidan, afirma que os principais problemas do País não são externos e que a recuperação da economia brasileira depende mais de o Brasil superar a crise política e executar o ajuste fiscal do que do desempenho chinês.

“Por ser uma grande potência, o que acontece na China interfere em todo o mundo. Os setores nacionais de mineração e agrícolas estão estritamente ligados ao país e uma desaceleração na relação comercial traz impacto sobre outros diversos setores que dependem desses primeiros”, avalia.

Carona - A economista Rita Mundin recorda que quando a economia da China crescia a passos largos, com resultados na casa dos dois dígitos, o Brasil pegava carona e também ampliava seu PIB de maneira como há muito não se via.

O problema é que enquanto a potência chinesa já previa sua desaceleração futura e as mudanças em seu perfil econômico, o Brasil não fez nada além de vender *commodities*.

“Não fizemos investimentos em infraestrutura e não agregamos valor aos nossos produtos. Nos tornamos meros piões da indústria extrativa mineral, do petróleo, da construção civil

e do setor automotivo. Agora pagamos o preço. E essa conta só não está mais cara porque tivemos a desvalorização do real”, aponta.

A desaceleração chinesa somado aos problemas internos do Brasil, de acordo com a economista, farão com que 2016 seja ainda mais difícil. E Rita Mundin alerta para que não esperemos muito mais de 2017. “Daqui para frente? Feliz 2018”, diz se referindo às expectativas de melhoria do mercado nacional somente daqui a dois anos.

Indústria reduz uso de gás natural

22/01/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O setor de gás natural no Brasil, de um modo geral, enfrentou quadros de queda em 2015. De acordo com o último levantamento da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o consumo no segmento industrial caiu 1,59% no acumulado do ano (de janeiro a outubro) frente ao mesmo período de 2014.

Outras quedas percebidas foram na demanda pelo uso residencial que, em comparação a 2014, foi de -0,58%, e no segmento automotivo (-3,07%).

Apesar das reduções, os segmentos comercial e de cogeração indicam um crescimento contínuo, segundo dados da Abegás, e alimentam as esperanças do setor. As razões para a evolução seriam a procura maior pelo serviço por bares, restaurantes, padarias, entre outros estabelecimentos, além de empreendimentos com interesse em uma alternativa para alcançar autossuficiência energética.

Saiba o que acontece na sua empresa com a mudança no ICMS

22/01/2016 – Fonte: Contábeis.com

Desde 1º de janeiro deste ano, entrou em vigor uma mudança que aumenta a burocracia tributária para quem é dono de uma empresa, e pode até aumentar a carga tributária em alguns casos.

Dessa vez, quem vende produtos e serviços para outros estados de forma não presencial – por e-mail ou telefone, por exemplo – será afetado pelas alterações na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os negócios de empresa para empresa (B2B) não serão afetados, se forem usados apenas para revenda e não consumo do próprio negócio que fez o pedido.

As novas exigências foram elaboradas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). As alterações podem ser vistas no Convênio 93 da instituição. O encontro foi realizado em setembro de 2015, mas sofreu alterações no mês passado.

O que muda?

Antes, a alíquota do ICMS que deveria ser paga era definida com base no estado produtor – ou seja, onde o empreendedor se encontra. Todo o valor ia para este estado, enquanto o local de destino não recebia nada. Por exemplo, em uma venda de São Paulo ao Maranhão, o primeiro estado recolhia 18%, que é a alíquota de São Paulo, enquanto o Maranhão não arrecadava com a venda. Quando o empreendedor queria enviar o produto, ele gerava duas notas fiscais e afixava uma delas na encomenda.

Agora, esse ICMS será dividido entre os dois estados que realizam a negociação. O empreendedor será o responsável por calcular a diferença entre a alíquota do estado de destino e a chamada alíquota interestadual. No caso de São Paulo e Maranhão, a alíquota interna do segundo estado é de 17% e a alíquota interestadual é de 7%. Portanto, a diferença fica em 10%.

A alíquota interestadual, de 7%, irá integralmente para o estado de origem. Já a diferença de 10% será dividida entre o estado de origem e o estado de destino em 2016: 40% desse valor ficaria com o Maranhão e 60% ficaria com São Paulo.

Para pagar os 40% do Maranhão, o empreendedor deve emitir a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), pagá-la e afixá-la junto da nota fiscal e do produto a ser enviado.

A ideia é que a alíquota seja, gradativamente, mais direcionada ao estado de destino do produto ou serviço, e não do de origem, evitando a concentração do dinheiro recebido pelo imposto nos centros de distribuição. A partir de 2019, o estado de origem só receberá a alíquota interestadual, enquanto o estado de destino ficará com todo o restante.

Como fica para quem está no Simples Nacional?

As novas regras valem para todos, inclusive os empreendedores inscritos no Simples Nacional, regime tributário para empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões. Na prática, isso quer dizer que esses empreendedores terão que pagar mais imposto. Antes, essas empresas do Simples pagavam os tributos unificados no Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), que já incluía o ICMS.

Agora, essas empresas também terão que pagar a Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE). No fim do mês, elas continuam pagando o Simples Nacional. Ou seja: com a nova regra, além de pagar a tributação que já existe pelo Simples, o empreendedor terá de calcular essa diferença entre estados e pagar a alíquota correspondente. O estado de destino será, cada vez mais, o grande beneficiado pela operação.

Também pode ser exigido que o empreendedor tenha de se cadastrar no Fisco do estado para o qual está mandando seu produto, para fins de fiscalização. Ou seja, se ele vende para todos os estados brasileiros, contando com o Distrito Federal, precisará se cadastrar 27 vezes.

“A distribuição é justa. O que não é justo é a forma medieval com que essa lei foi elaborada, além da surreal inclusão da micro e pequena empresa. Há uma ‘terceirização’ do trabalho de distribuir e recolher o ICMS, que é originalmente do Fisco, do Ministério da Fazenda, da Receita Federal, do Confaz. Fica na mão do varejo”, analisa Vivianne Vilela, diretora executiva do E-Commerce Brasil.

Respostas

O setor de comércio eletrônico é o que mais realiza vendas interestaduais nas condições propostas no convênio – de forma não presencial, para o consumidor final. Portanto, é um dos mais afetados pela medida.

“O e-commerce reinventou o varejo, a forma de interagir com o cliente e oferecer um produto ou um serviço. Se essa cláusula não cair imediatamente, nós vamos ter uma extinção de uma série de empresas e empregos nesse país”, analisa Vivianne. “Isso será repassado para o consumidor eventualmente, que vai ter mais dificuldade em comprar seus produtos do dia a dia.”

O Sebrae e as entidades ligadas ao comércio irão entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal para suspender as novas regras de cobrança do ICMS. Segundo o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, as pequenas e médias empresas não podem esperar uma nova reunião do Confaz para que a medida seja revogada.

Ontem, houve uma reunião com o Confaz para discutir o tema. Representantes do comércio afirmaram que, com essa mudança, uma empresa fecha por minuto no varejo online do Brasil.

VW moderniza Pinhais para montar novo Golf

22/01/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A Volkswagen investiu na modernização da fábrica de São José dos Pinhais (PR) com a ampliação de áreas produtivas e a instalação de novos equipamentos para a fabricação da versão brasileira da sétima geração do Golf, que começou a ser produzido no fim de 2015 na unidade paranaense. A planta tem agora um novo setor de armação de carrocerias (solda) que proporciona economia de até 30% no consumo de energia em comparação com processos anteriores.

As mudanças permitem que os modelos da família Fox e o novo Golf sejam montados na mesma linha. Mais de 2 mil empregados participaram de programas de qualificação para todos os postos de trabalho envolvidos na fabricação do Golf 7.

“Mesmo nesse cenário econômico desafiador, estamos mantendo nossos investimentos no desenvolvimento de novos produtos”, afirmou o CEO e presidente da Volkswagen do Brasil, David Powels.

O novo Golf é fabricado sobre a plataforma modular MQB (Matriz Modular Transversal), nova arquitetura para a produção de veículos já aplicada em modelos globais como o Passat e o Golf Variant.

O conceito consiste na padronização do processo de manufatura de diversos carros nas fábricas do Grupo VW, estabelecendo, por exemplo, a mesma sequência de montagem e proporcionando como grande vantagem a redução do tempo de produção dos veículos.

A MQB também permite compartilhar a base estrutural para o desenvolvimento de veículos de diferentes segmentos, como hatchs e sedãs de tamanhos distintos. Essa base foi desenvolvida seguindo preceitos de baixo peso, utilizando aços de alta resistência que permitem aumentar a segurança e reduzir o peso total do carro.

A combinação de dimensões padronizadas e variáveis, outro benefício da MQB, também reduz a complexidade da produção, gerando melhora substancial no processo produtivo e economia de escala.

MODERNIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO DO GOLF

Segundo a VW, todas as áreas produtivas receberam investimentos para voltar a montar o Golf em São José dos Pinhais, agora na sétima geração (a unidade paranaense foi inaugurada em 1999 justamente com a produção do Golf de terceira geração deixou de fabricar o modelo na quarta, em 2013, quando na Europa já se fazia a sexta).

No setor de armação foi instalada uma linha com 168 robôs de última geração. Entre os novos equipamentos estão soldas a laser, que unem as peças por um feixe de luz, e um novo Eco Framer, equipamento que assegura a geometria correta da carroceria, com precisão de décimos de milímetro, o que traz vantagens qualitativas.

Os robôs são mais rápidos, menores, mais precisos e têm controles digitais de alta eficiência, o que resulta em economia de energia. Por conta disso, são 25% mais eficientes energeticamente se comparados à geração anterior. Ainda na armação, foram instaladas 145 pinças servopneumáticas utilizadas no processo de solda da carroceria, que são mais

rápidas e 30% mais eficientes energeticamente. Elas também garantem 99% da eficiência do processo de união das peças, por meio de sistemas que já fazem a avaliação dos pontos trabalhados, no momento da solda.

Os geradores da nova cabine de solda a laser, onde é realizada a união do teto e das laterais do veículo, consomem 15% da energia gasta pela tecnologia anterior.

A seção de pintura também ganhou uma nova linha com robôs mais modernos para aplicação de selante PVC, primer e verniz. São itens que resultam em maior qualidade no processo produtivo.

Na área de montagem final dos veículos, a principal mudança ocorreu no trecho em que a carroceria recebe o conjunto motriz (motor, transmissão e suspensão). Foi adotado um novo procedimento para que os modelos da família Fox e o novo Golf sejam montados na mesma linha.

O sistema confere mais precisão ao processo e a rastreabilidade dos apertos de todos os parafusos utilizados nessa etapa. Para a instalação da nova linha rodante (Fahrwerk, em alemão) foram trazidos mais de 60 contêineres com equipamentos da Alemanha, entre eles robôs de parafusamento, parafusadeiras, placas de montagem do conjunto motriz, elevadores de placas, mesas de transferência, manipuladores e sistemas de controle eletrônico.

A área do Fahrwerk é subdividida em três principais processos: primeiro ocorre a montagem do motor com câmbio e todos os periféricos do conjunto motriz. Em seguida é feita a pré-montagem do chassi (eixos, tanque de combustível, suspensão, escapamento) e depois a união da parte motriz (motor, transmissão e suspensão). Com o novo Fahrwerk, a unidade paranaense está alinhada à nova estratégia global da marca (MQB) e a linha de montagem, preparada para fabricar novos produtos dentro deste conceito.

FÁBRICA DIGITAL

O projeto para a fabricação do Golf em São José dos Pinhais foi desenvolvido com auxílio da Fábrica Digital, tecnologia do grupo que consiste em um conjunto de softwares adaptados para simular virtualmente em computadores todos os processos produtivos antes da implementação física das máquinas. Essa solução foi utilizada na maior parte dos processos de adaptação da fábrica do Paraná, evitando um total de gastos de cerca de R\$ 4 milhões.

Segundo a VW, a unidade de São José dos Pinhais emprega mais de 3 mil pessoas. Além do Golf e da linha Fox, começou a produzir lá o Audi A3 Sedan e fará também o Audi Q3 ainda este ano.

LINHA DO TEMPO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

1999 - Inauguração da fábrica, com a produção do Golf e do Audi A3;
2003 - Lançamento do Fox;
2005 - Lançamento do CrossFox;
2010 - 1 milhão de Fox produzidos;
2011 - 500 mil Golf produzidos e início da montagem da SpaceFox;
2012 - 2 milhões de veículos produzidos;
2015 - Início da fabricação do Audi A3 Sedan;
2016 - Volta da produção do Golf